

## Ruy Fausto

*Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. 1ª edição, Paz e Terra/Brasiliense, São Paulo-SP, 1997.

Hector Benoit (Professor do Departamento de Filosofia, Unicamp.)

Como fizera nos dois volumes de *Marx: Lógica e política, investigações para uma reconstituição da dialética* (1983 e 1987), neste novo livro, de maneira tão paciente quanto naquelas obras, prossegue Ruy Fausto a sua hermenêutica da obra de Marx à luz da *Lógica* de Hegel. Em *Lógica e política*, o autor estudara sob luz hegeliana diversas questões relativas à obra de Marx, como o humanismo, o “althusserismo”, a noção de trabalho abstrato, a circulação de mercadorias, a concepção marxista da história, as noções de pressuposição e posição, as classes e o Estado. Agora, nesta nova obra, *Dialética marxista, dialética hegeliana: A produção capitalista como circulação simples*, as análises de Fausto são mais localizadas e obedecem a maior unidade: como aponta o próprio título do livro, trata-se de estabelecer os pontos exatos de contato entre a dialética hegeliana e a dialética de Marx na primeira seção de *O Capital*.

No primeiro capítulo, “Fundamento e aparência”, o autor estuda uma certa dificuldade que existiria na seção I de *O Capital*. Se a circulação simples tratada nesta seção representa a *aparência* do sistema, como é possível logicamente apresentar como *postos*, já nesta altura do desenvolvimento da obra, os elementos *valor* e *trabalho* que parecem pertencer aos *fundamentos* do sistema e não à aparência dele? Na verdade, mostra Fausto que, nesta seção os fundamentos

postos são postos exatamente como e enquanto aparência. Nesta primeira seção de *O Capital*, portanto, se faz exatamente a teoria do fundamento enquanto fundamento aparente. Toda a dificuldade dialética, mostra o autor, está justamente em compreender que o fundamento é afirmado a partir de um “juízo de reflexão”, isto é, um juízo que poderia ser enunciado da seguinte forma: “o fundamento posto é... aparência”. Sendo assim, o fundamento(sujeito) se reflete no predicado (a aparência), o sujeito não permanece estável, isto é, temos um “juízo de reflexão” e não um “juízo do sujeito”. Ressalte-se, Fausto utiliza o signo “...” para exprimir exatamente a “reflexão” em um juízo. Neste tipo de juízo o sujeito se reflete no predicado estando assim apenas pressuposto. Seria o caso do fundamento na I seção de *O Capital*. Foi também utilizando o mesmo juízo de reflexão que Fausto já dissolvera dialeticamente, em *Lógica e política* I (cap. 1), o falso (e inocente) dilema entre humanismo ou negação do humanismo em Marx: em todos os juízos que fizemos sobre o homem antes do fim da “pré-história”, explicara ele, o homem é um sujeito que se reflete no predicado e o predicado ao invés de revelar a essência do sujeito homem apenas anuncia *outro* que o próprio homem.

No segundo capítulo do livro, Fausto estuda a questão de *matéria* e *forma* na seção I de *O Capital*. Procura explicar

como a dualidade matéria/forma se articula com as noções de substância, de sujeito e com a dualidade conteúdo/forma. Mais uma vez, fará aproximações com Hegel. Sustenta que essas dialéticas da obra de Marx correspondem mais de perto à dialética do fundamento absoluto na lógica da essência de Hegel. A dialética da forma e da essência (primeiro item de *O fundamento absoluto* na lógica hegeliana) corresponde, segundo Fausto, à passagem do valor de troca ao valor e, na seqüência, à constituição da substância como trabalho abstrato. O segundo item em *O fundamento absoluto* de Hegel (“Forma e matéria”) corresponde à dialética em Marx da forma do valor e do dinheiro, e o terceiro item (“Forma e conteúdo”) corresponde ao fluxo do próprio capital, ainda que este em Marx seria mais analógico com a passagem ao conceito, ou seja, já o processo de transição para o livro III na *Ciência da Lógica* de Hegel.

No entanto, apesar destas múltiplas analogias, já neste segundo capítulo, o autor apresenta também algumas “*diferenças essenciais*” entre Hegel e Marx. Na dialética hegeliana, segundo Fausto, haveria uma constituição da matéria e do conteúdo, o movimento de apresentação hegeliano seria assim “um processo de constituição sobre o fundo do nada” (p. 47), enquanto que em Marx, matéria e conteúdo material são *pressupostos*, isto é, estariam presentes como presença-ausente desde o início. Como escreve Fausto: “Fica a diferença entre uma dialética em que todas as determinações são constituídas pelo processo [ou seja

Hegel], e outra, em que a constituição está inscrita numa base material [ou seja, Marx]” (p. 47). E acrescenta o autor, na mesma página, que talvez aí, nesta diferença, se encontrem os subsídios para uma definição possível do materialismo de Marx. Nesse sentido lembra Fausto texto dos *Grundrisse* em que Marx afirma ser necessário “corrigir a maneira idealista da apresentação, que produz a aparência de que se trata só de determinações conceituais e da dialética desses conceitos. Sobretudo”, escreve ainda Marx, “a fórmula: o produto (ou a atividade) se torna mercadoria; a mercadoria valor de troca; o valor de troca dinheiro” (cit. por R. F., p. 47). Como comenta Fausto, o sentido dessa autocrítica é que a sucessão das determinações estão inscritas numa matéria anterior e que a constituição de um conteúdo formal seria feita na dialética marxista “sobre o fundo e na base da supressão de um conteúdo pressuposto”. No exemplo estudado, a dialética da forma do valor, ocorreria a “supressão” do conteúdo da finalidade ligada ao valor de uso (cf. p. 48).

Quanto a esta “diferença” entre a dialética de Hegel e de Marx, cabem aqui algumas observações. Inquestionável parece ser que a dialética em Marx e suas categorias formais sempre se desenvolvem sobre uma base material pressuposta, base esta que conforme vai sendo suprimida enquanto pressuposta vai recebendo “vida” (trata-se de encontrar “a vida da matéria”, dizia Marx em célebre prefácio de *O Capital*), até que em certo momento da exposição esta base se mostra como *histórica*.<sup>1</sup> No entanto, no Hegel da

1. Escreve Marx no prefácio da segunda edição: “das *Leben des Stoffs...*”; cabe recordar que em termos do desenvolvimento filosófico interno ao idealismo alemão, a passagem da dialética da vida orgânica ou natural à dialética da vida do espírito enquanto esta vida é história marca exatamente a passagem de Schelling a Hegel.

*Fenomenologia do espírito* temos um processo bastante analógico... Cabe recordar que em termos do desenvolvimento filosófico interno ao idealismo alemão, a passagem da dialética da vida orgânica ou natural à dialética da vida do espírito, enquanto esta vida é entendida como história, marca exatamente a passagem de Schelling a Hegel. Assim, na *Fenomenologia...*, as diversas figuras da consciência (certeza sensível, percepção, entendimento...) e suas dialéticas nada mais são do que abstrações do todo que precede seus momentos isolados, e a totalidade deste devir, como afirma Hegel nas últimas linhas da *Fenomenologia...*, por um lado, em sua forma contingente, é a própria história; por outro lado, enquanto organização conceitual, a totalidade deste devir é a ciência do saber fenomenal; finalmente, a unidade destes (história e ciência), por sua vez, é novamente história, porém a história elevada acima da contingência, isto é, como diz Hegel, “a recoleção e o calvário do espírito absoluto”. A história portanto, ainda que concebida de forma idealista, é também uma base “material” (“matéria inteligível”, como dizia Aristóteles na *Metafísica*) pressuposta em toda a dialética das experiências teóricas da *Fenomenologia...* Não se diluiria assim, em parte, essa suposta diferença entre a dialética hegeliana e dialética marxista apontada por Ruy Fausto?

Pode-se no entanto argumentar, com razão, que Ruy Fausto, em suas analogias entre Hegel e Marx, não se refere à *Fenomenologia...*, mas sim, à *Ciência da Lógica* e seria somente esta obra, graças justamente ao seu grau maior de abstração, que permitiria relações pertinentes com a dialética de *O Capital*.<sup>2</sup> Ora, em sentido contrário, ainda que rapidamente, podemos lembrar as relações cerradas que existem entre a *Fenomenologia* e a *Ciência da Lógica*. Quando Hegel projetou escrever a primeira obra, como se sabe,<sup>3</sup> pensava inicialmente apresentar uma parte do seu sistema que consistiria em uma introdução seguida pela sua lógica e sua metafísica, no decurso da redação a “introdução ao sistema” transforma-se na *Fenomenologia do espírito*, que passa a ser designada como “a primeira parte do sistema da Ciência”. Ainda que a relação teórica definitiva entre a *Fenomenologia...* e a *Ciência da Lógica* permaneça discutível (para o próprio Hegel), é possível dizer, em vários sentidos, que a *Fenomenologia...* prepara a *Ciência da Lógica*, sendo assim, em certo sentido, o substrato “material” da ciência especulativa. Realmente, ao término da *Fenomenologia...*, quando supera-se a oscilação entre a verdade objetiva externa e a certeza subjetiva que seria sem verdade, suprime-se a diferença entre a forma objetiva da verdade e a verdade do Eu que sabe, atinge-se o *saber absoluto* que

2. Como observa Bento Prado (em perspicaz prefácio que acompanha o livro de Ruy Fausto), se Paulo Arantes escolheu o Hegel da *Fenomenologia...*, Ruy escolheu o Hegel da *Ciência da Lógica*: “Aparentemente um escolheu o Hegel da *Ciência da lógica*, enquanto outro ficou com o da *Fenomenologia do espírito*. No fundo, a questão em pauta parece ser (também) a seguinte: para devolver significação à dialética, será necessário restaurar seu “momento racional-positivo”, recorrendo à artilharia pesada da lógica?” (p. 22).

3. Cf. J. Hoffmeister, in introdução à *Phänomenologie des Geistes*, edição Lasson/Hoffmeister, S.W., II, 1937, p. XXXI; também J. Hyppolite, *Genèse et structure de la Phénoménologie de l'esprit de Hegel*, Aubier-Montaigne, Paris, 1946, p. 56.

justamente é o *resultado* da *Fenomenologia...*, resultado que permite a transição para o saber puramente especulativo, a ciência pura liberta de toda contingência, a lógica dialética, domínio propriamente da ciência suprema, região que Platão chamara *nósis*, território *an-hypotético* no qual ocorreu a *anairésis* (supressão ou superação, *Aufhebung*) de todas as *hypo-teses* anteriores. Parece-nos assim bastante discutível sustentar que a dialética hegeliana se diferenciaria daquela de Marx pela inexistência na primeira de uma base “material”. Sobre-tudo, se entendermos esta base “material” enquanto o que está *sub-posto* (a *hypotese* na dialética platônica) ou enquanto o substrato (a *ousia* enquanto *hypokeímenon* em Aristóteles), ou ainda a potência ou *dynamis* (aristotélica),<sup>4</sup> todos estes diversos sentidos de “substrato material” e de “pressuposto” predominantes na lógica hegeliana constituem uma “matéria” a partir da qual se desenvolve o devir das categorias. Não acompanhamos Fausto, particularmente, quando na sua argumentação (para ressaltar a suposta diferença entre Hegel e Marx) afirma que a lógica da essência em Hegel se desenvolve “sobre o fundo do nada” (p. 47), ainda que em seguida relativize “de um nada que é nada-do-ser” (*ibidem*). Ora, como o próprio Hegel comenta no começo da lógica da essência (e aqui, sem dúvida, recordando Aristóteles), a essência (*Wesen*) foi conservada na forma verbal do passado do verbo ser, isto é, em alemão *gewesen*, e acrescenta, “com efeito, a essência (*Wesen*) é o ser

passado, mas o ser passado intemporal (*zeitlos*)”.<sup>5</sup> Para Hegel, assim, a lógica da essência não parte do nada como ausência, mas sim, do que *era* ser, isto é, o passado do ser (a história do seu processo de determinações), ou o ser superado e suprimido em sua temporalidade contingente. Como se vê, na lógica da essência, mais uma vez, também aparece um “substrato material” a partir do qual ocorre o processo dialético. A diferença entre a lógica hegeliana e a marxista talvez deveria ser assim procurada, não tanto na denúncia da suposta inexistência do substrato material em Hegel, mas sim, muito mais, na determinação da diferença de *conteúdo* deste substrato “material”.

Enquanto em Hegel a essência, o passado do ser, a história, são determinados a partir da história política, cultural, religiosa, filosófica, “superestrutural”, em Marx, ao contrário, a superestrutura não tem propriamente história, os processos superestruturais, o desenvolvimento das idéias, das categorias e assim da própria lógica dialética (ser, não-ser, devir...), possuem como substrato material as contradições da história (ou pré-história) da humanidade que, até os nossos dias, para Marx, são as contradições da *história da luta de classes*. Este é o *conteúdo* do substrato material da lógica dialética marxista que diferencia radicalmente Marx de Hegel e de todo o pensamento burgues e reformista.

As leituras acadêmicas, mesmo aquelas rigorosas como a de Ruy Fausto, no entanto, separando e recortando analiticamente a obra de Marx anulam o movi-

4. *Hypótese*, *hypokéimenon* e *dynamis* são noções convergentes da filosofia grega clássica e estão presentes no sentido do *substrato* e *pressuposto* hegeliano.

5. *Ciência da lógica*, in *S. W.*, IV, edição Glockner, 1965, p. 481. Observe-se que em Aristóteles a essência é expressa pela célebre locução “o que *era* ser” (*tó tí en éinai*), traduzida em latim por “*quod quid erat esse*”.

mento dialético deste conteúdo (a luta de classes) que, do *Manifesto...* a *O Capital*, dos anos da Liga Comunista à Primeira Internacional, para Marx, aparece como posto historicamente e sempre pressuposto teoricamente, desde o início, em todas as abstrações e exposições teóricas de Marx. No caso de Ruy Fausto, neste livro, esta leitura acadêmica (não-marxista) de Marx, fica bastante clara no capítulo 4. Ali Fausto descreve (p. 74-75) a dialética da apresentação dos agentes em *O Capital*. Primeiramente, os agentes são postos enquanto pólos homogêneos que trocam mercadorias na relação jurídica do contrato. Permanecem assim durante o momento da circulação simples. No momento da produção capitalista enquanto produção capitalista os agentes são indivíduos heterogêneos em inércia, representando a primeira negação do contrato. No momento da produção capitalista apresentada como reprodução, os agentes são suportes sociais do capital e assim classes sociais, porém classes em *inércia* e, diz Fausto, somente *pressupostas*, apesar de ocorrer aqui a segunda negação do contrato também não existe aqui ainda luta de classes. Finalmente, no capítulo 52 do livro III de *O Capital*, os agentes serão classes *postas*, mas também ainda em inércia, e portanto continuaria inexistindo a luta de classes. Onde está então, segundo Ruy Fausto, a luta de classes em Marx? Somente “para além d’*O Capital*, tem-se classes em luta, o que significa transgressão do contrato” (p. 76). Como se vê, para Fausto, a luta de classes transcende o conteúdo de *O Capital*. Este “além” são os textos histórico-políticos de Marx, como *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *Guerra civil em França*. Observa ainda em nota (p. 76, nota 75) que entre o capítulo 52 de *O Capital* e os textos histórico-políticos “haveria lugar

para uma teoria do Estado capitalista”. Esta sugestão de Ruy Fausto, completar a apresentação da obra de Marx com uma teoria do Estado, parece ser necessária, para ele, pois, somente quando o direito do Estado estivesse *posto* seria plenamente justificada a *transgressão do contrato*, e assim, estariam também justificados os textos histórico-políticos com as classes em luta enquanto *postas*.

Ora, na verdade, assim como o *Dezoito Brumário...* foi publicado em 1852 e não pode esperar a apresentação nem do livro I de *O Capital* nem do capítulo 52 para colocar como *posta* a luta de classes, durante a própria exposição interna de *O Capital*, as classes sociais e a luta de classes não esperam o capítulo 52 para se manifestarem. Como na *Fenomenologia do espírito*, no modo de exposição em *O Capital* (ainda que, mais uma vez, com outro conteúdo histórico), ocorrem constantes “adiantamentos” realizados pela instância “para nós” do percurso. Na instância do “para nós” se conhece antecipadamente o percurso de supressão da aparência e os momentos que na instância da “consciência mergulhada na aparência” são ainda apenas pressupostos, na instância do “para nós” aparecem como já postos. Assim como do ponto de vista do “para nós” em Hegel (que coincide com o saber absoluto) se sabe, desde o começo, a pobreza abstrata da certeza sensível, assim também em Marx, do ponto de vista do “para nós” (que aqui coincidiria com a vanguarda histórica da classe operária européia que já de fato havia participado da luta de classes desde pelo menos 1830), se sabe, desde o começo de *O Capital*, que só aparentemente alguém vai ao mercado capitalista enquanto indivíduo homogêneo; na verdade, as classes sociais e a luta de classes estão *postas* historicamen-

te sob a aparência dos indivíduos homogêneos, como mostrará sobretudo o capítulo XXIV, descrevendo a acumulação primitiva. No entanto, já no capítulo I ocorrem “antecipações” postas pela vanguarda do “para nós” que anuncia não somente a luta de classes como também a supressão das classes e o próprio socialismo. Como escreve já no capítulo I Marx: “Imaginemos finalmente, para variar, uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunais e despendem suas múltiplas forças individuais de trabalho conscientemente como uma força de trabalho social”. E após descrever uma sociedade consciente das suas relações de produção e planejada socialmente, ao fim do mesmo parágrafo, escreve Marx: “As relações sociais dos homens com seus trabalhos e com seus produtos do trabalho ficam aqui transparentemente simples (*durchsichtig einfach*) tanto na produção como na distribuição”<sup>6</sup>. Muitas outras antecipações similares aparecem no decorrer do livro I. Lembremos do capítulo VIII, cujos itens 5, 6 e 7 tratam sob aspectos diferentes a “luta (*der Kampf*) pela jornada normal de trabalho”, mas esta dualidade entre o “para nós” e a “consciência mergulhada” nada mais é do que a oposição contraditória entre a aparência e a essência do ser no modo de produção capitalista, oposição esta, ela própria, expressão da luta de classes, a luta entre a economia burguesa e a sua crítica, a economia política da vanguar-

da da classe operária.<sup>7</sup> A dialética em Marx é assim crítica e revolucionária, como ele próprio afirmou.<sup>8</sup> A supressão da aparência em *O Capital* é assim teoria da revolução e a própria maneira de exposição (*die Darstellungsweise*), com o seu desdobramento em níveis de consciência, como perceberão Lenin e Trotski, expressam uma teoria do partido e do programa revolucionários. Mas, esta certamente seria uma visão “marxista” que Fausto não aceitaria, pois, parece ler Marx, conscientemente, de fora do marxismo.

Se, por um lado, esta visão externa o conduz a separar analiticamente a obra de Marx (talvez, contra parte de Marx), por outro lado, esta mesma visão externa o leva a descrever e esclarecer com precisão inigualável certos processos da dialética da aparência que caracterizam exatamente a circulação simples. Isto ocorre na dialética da forma do valor (descrita no capítulo 3) e na dialética do dinheiro (capítulo 5). Também a partir desta posição contemplativa do “entendimento”, Fausto descreve, em apêndice deste livro, as diferenças entre a dialética de Marx e as análises de Lévi-Strauss e Weber, advertindo sobre os riscos conceituais que existem em certos ecletismos teóricos, em geral, inconscientes. Nesse sentido, mesmo aqueles que permanecem no interior do “marxismo”, adquirindo a paciência do conceito, muito podem e devem aprender com esta nova obra de Ruy Fausto.

6. MEW, 23, p. 92-3; edição Abril, p. 75.

7. Nesse sentido, escreve Marx in *Manifesto inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, referindo-se à luta pela limitação da jornada de trabalho: “Pela primeira vez, a economia política da burguesia foi derrotada em plena luz do dia pela economia política da classe trabalhadora (*politischen Ökonomie der Arbeiterklasse*).” (MEW, 16, p. 9).

8. MEW, 23, p. 28.

## Emiliano José

Carlos Marighella. *O inimigo número um da ditadura militar*.

São Paulo, Sol e Chuva, 1998.

João Roberto Martins Filho (Professor de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos)

No início dos anos 70, com o intuito de aprender a teoria e a prática da luta antiguerrilha, centenas de disciplinados oficiais com responsabilidade de comando em operações repressivas de seus países de origem afluíram à Escola das Américas, posto avançado do Exército dos Estados Unidos na Zona do Canal, no Panamá. O curso O-47 — “Operações de Contra-Insurreição — no tópico “Conceitos Básicos de Contra-Insurreição em Áreas Urbanas” — incluía a “teoria básica da guerrilha urbana: conceitos, organização e padrões de insurreição, com ênfase no modelo de insurreição pelo mini-manual de Mariguella (sic)”.<sup>1</sup>

Com efeito, o *Pequeno manual do guerrilheiro urbano* correu mundo. Em recente história da guerra moderna, publicada em 1997 (*The Oxford illustrated history of modern war*), no capítulo sobre a guerra popular, pode-se ler: “No Brasil, Carlos Marighella defendeu que a mobilização do povo podia começar com uma espécie de ação de bandos — assaltos a bancos e seqüestros — que preparariam as forças revolucionárias e provocariam ações repressivas do governo, que por sua vez se chocariam contra a população” (p. 170). Marighella é o único brasileiro citado no livro.

Assim, aos olhos do inimigo ou da erudição acadêmica, o comunista baiano aparece como um emblema. Aos olhos da esquerda brasileira, por outras quali-

dades, outra ética e diferentes motivos, Marighella foi também um símbolo. Nesse sentido, é possível afirmar que, se o período pré-Guerra Fria foi a época de Luís Carlos Prestes, a história da esquerda brasileira na Guerra Fria personificasse, em suas virtudes e contradições, na figura de Carlos Marighella.

### Vida e morte de um revolucionário

Quando morreu, Marighella já era um mito. Conforme a eletrizante descrição de seus últimos momentos, que serve de abertura ao livro de Emiliano José, os 29 policiais que cercaram e executaram o ex-dirigente do PCB, na noite de 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, sabiam perfeitamente da importância da missão — e seu nervosismo (que resultou num tiroteio com morte entre os próprios agentes) denunciava a grande tensão reinante. Passo a passo, Emiliano reconstitui com pena de mestre os detalhes da emboscada. Em seu texto apurado, nota-se que o professor e jornalista baiano, autor também, em parceria com Oldack de Miranda, de *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980), refinou entre um livro e outro seus dons de narrador. *Carlos Marighella* é um livro que se lê quase sem fôlego, uma biografia à altura do biografado, construída a partir de inúmeras entrevistas, com o apoio de artigos de jornal, documentos oficiais e livros sobre o período.

1. Para a íntegra do documento, ver Nancy Stein e Michael Klare (orgs.) “The Pentagon’s protégés. U.S. training programs for foreign military personnel”. *Nacla’s Latin American & Empire Report*. Nova York, X(1):1-32, 1976.

Na obra se reconhece, para lembrar as palavras de Antonio Cândido no prefácio, um dos homens “que encarnaram o que o Brasil contemporâneo tem de melhor, isto é, a luta por superar a iniquidade que encharca nossa vida social e nos faz ser uma das nações mais injustas da Terra” (p. 8). A partir dessa tomada de posição fundamental, o livro não se exime de discutir os equívocos das organizações de luta armada, entre as quais se destaca a Ação Libertadora Nacional (ALN), o grupo de Marighella. Assim, na página 57, o autor reproduz as considerações de Jacob Gorender, historiador e ex-dirigente do PCB, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBr) em 1968:

“a conclusão que nós devemos tirar é que a esquerda revolucionária que não quis ceder ao pacifismo e ao reformismo do PCB tinha que tomar uma outra linha naquela época que não era a da luta armada imediata. E que deveria ser uma linha paciente, de contatos com as massas operárias e camponesas, com todas as dificuldades, e elas eram enormes ...” (p. 57).

É verdade que, independentemente das táticas ou estratégia adotadas pela esquerda, ou da confusão entre uma e outras, a política de contra-insurreição do Estado militar estava claramente traçada. A tortura como método repressivo e política de Estado e a eliminação pura e simples de inimigos atingiram não apenas aqueles militantes que “erraram” ao desencadear a luta, como os pacientes revolucionários do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no Araguaia, ou os paci-

ficos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de alto a baixo da hierarquia partidária. Enquanto a esquerda dividiu-se em múltiplas táticas e estratégias e em incontáveis grupos revolucionários, o Estado militar unificou-se em torno de uma só doutrina.

Como mostra *Carlos Marighella*, o próprio sucesso de algumas ações espetaculares da luta armada colaborou para apressar a racionalização das forças repressivas. Depois do seqüestro do embaixador americano, no início de setembro de 1969 — um choque nos nervos do regime, no momento de intensa luta interna que se seguiu à doença de Costa e Silva — veio a avalanche.<sup>2</sup> No dia 30 de setembro, antes ainda da sagração de Médici pelo Congresso Nacional, os órgãos de repressão estouraram em São Sebastião (SP) um refúgio da ALN, e aí prendem Cyrilo, alto dirigente. Poucas horas antes, foi preso e morreu sob tortura Virgílio Ferreira da Silva. A partir daí, por todos os lados, o rolo compressor continuou ferozmente sua marcha até a execução de Marighella. Nessa altura, na alta cúpula das Forças Armadas, a decisão de centralizar as ações repressivas e assumir diretamente seu comando estava já tomada, embora o cerco a Marighella — deixado ostensivamente à polícia de São Paulo — ainda mostre escrúpulos que logo a seguir seriam abandonados. Por outro lado, o Cenimar teve participação decisiva nas prisões e interrogatórios que levaram ao desmantelamento da ALN.

De todo modo, a história política ainda não dispõe de uma análise adequada

2. Apesar disso, é difícil aceitar a versão incorporada por Emiliano (p. 60) de que na decisão de desencadear a ação pesou a doença do ditador. Efetuado no dia 4 de setembro, o seqüestro já estava planejado antes dos acontecimentos em palácio, que só vieram à luz nos primeiros dias de setembro.

e completa das sucessivas etapas de construção do aparelho repressivo.<sup>3</sup> A meu ver, esses processos são mais importantes, do ponto de vista histórico, do que saber exatamente quem denunciou quem, sob tortura, aspecto que a imprensa mais destacou nas reportagens e resenhas sobre o livro de Emiliano José.

#### **A persistência da memória**

A segunda parte do trabalho destina-se à memória de Marighella e aos acontecimentos que se desenrolaram depois da anistia de 1979. Transportados para Salvador, na Bahia, os restos mortais do fundador da ALN ganharam uma lápide, desenhada por Oscar Niemeyer, com a inscrição: “Não tive tempo para ter medo”. Difícil imaginar, como mostra com precisão Emiliano, a sobrevivência dessa memória, sem o exemplar, generoso e incansável trabalho de Clara Charf, a companheira de Marighella desde o final dos anos 40. Sem ela, e sem a militância tenaz das comissões de mortos e desaparecidos, não seria possível passear hoje pela remota rua do subúrbio de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, cujas placas exibem o nome de Carlos Marighella.

Toca-se aqui em outro ponto relevante. Hoje, tornou-se comum dizer que o governo Fernando Henrique teve a coragem de enfrentar os militares na questão do reconhecimento oficial da responsabilidade da União quanto às mortes e desaparecimentos do período militar. O relato de Emiliano José (p. 103 e ss.) mostra uma história um pouco diferente, onde ressaltam as vacilações e resistên-

cias do poder e a insistência obstinada dos familiares de mortos e desaparecidos, que lançaram mão de todos os instrumentos de pressão ao seu alcance, inclusive os antigos laços do presidente com alguns dos desaparecidos, para chegar à difícil conquista da Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Ainda assim, o projeto passou pelo Congresso sem que se permitisse uma só emenda e coube ao presidente apontar os membros da comissão. Inicialmente concebida de forma a excluir os casos de Marighella e Lamarca, a lei acabou por permitir o exame inclusive desses dois episódios, contrariando frontalmente os chefes militares.<sup>4</sup>

De resto, o debate do caso Marighella permitiu uma das mais consistentes argumentações contra a versão oficial de que os atos dos anos 60 e 70 se inseriram num contexto de guerra (p. 115 e ss.). Como mostrou o relator, Luís Francisco de Carvalho e Silva, o dirigente da ALN foi morto numa situação de emboscada, com um tiro de misericórdia disparado a curta distância, quando estava imobilizado e sem condições de reação.

#### **Um homem e seu tempo**

Na terceira e derradeira parte de *Carlos Marighella*, pode-se acompanhar a trajetória pessoal e política do dirigente comunista. Do nascimento, em 1911, passando pelo brilho dos estudos secundários no Ginásio da Bahia — onde respondeu em versos a uma prova de Física —, chega-se ao ingresso no PCB e às sucessivas prisões e longuíssimas torturas, em 1932, 1936 e fi-

3. Informações importantes sobre o ramo policial do aparelho repressivo estão à disposição no estudo da socióloga norte-americana Marta Huggins publicado no Brasil com o título *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina* (Cortez Editora, 1998).

4. Ver, a este respeito a entrevista do ministro chefe do Estado-Maior das Forças Armadas à revista *Veja* de 27 de maio de 1998, com o título “Doeu, sim”.

nalmente, 1939. Durante seis anos, em Fernando de Noronha e na Ilha Grande, até a anistia de abril de 1945, o militante comunista viveu nos cárceres do Estado Novo. Depois disso, veio o período de destacada atuação na Assembléia Constituinte (Marighella foi eleito deputado pela Bahia com um terço dos votos dados aos comunistas no Estado), a cassação do mandato, a tenaz atuação partidária semiclandestina como alto dirigente em São Paulo, a viagem à China em 1953 e 1954, o impacto da revelação dos crimes de Stalin, em 1956.

Os fatídicos anos 60 se abrem com a integral dedicação à militância e à luta interna no PCB até o golpe e a prisão subsequente e a volta à liberdade, graças aos mecanismos liberais ainda vigentes. O imediato pós-golpe de 64 aparece como um turbilhão de acontecimen-

tos, um tempo que não deixou tempo para sentimentos de medo. Em sucessivos textos, encontros e declarações, Marighella engrossa e fortalece as legiões de dissidentes do PCB. Em dezembro de 1966, desliga-se da Comissão Executiva e em agosto de 1967 vai à reunião da Olas em Havana, onde fica sabendo que fora expulso do partido. Volta ao Brasil decidido a criar um agrupamento revolucionário que evitasse a inflexibilidade e morosidade dos partidos comunistas: surge o embrião da ALN. Mas não convém relatar em detalhe o conteúdo dessas páginas finais. Convido o leitor a trilhar ele mesmo o percurso que, fechando o círculo inexorável do destino, leva de volta aos instantes finais de Marighella. Completa-se a longa viagem. Embora trágica, uma bela e digna viagem.

## Antonio Carlos Mazzeo

*Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. 2ª ed. (revista)* São Paulo: Cortez Editora, 1997 — 144 páginas.

Marcos Del Roio (Professor de Ciência Política da FFC-Unesp, Marília)

A reedição desse livro de Antonio Carlos Mazzeo, numa corajosa e elogiável iniciativa da Cortez Editora, é muito bem vinda, até para evidenciar ainda uma vez a atual carência de debate sobre a origem e a natureza da formação social brasileira. E isso precisamente no momento em que os “clérigos” das sempre mesmas classes dirigentes da nova ordem liberal, se preparam para o espetáculo de exaltação do início do sexto século de uma nação que nunca se fez enquanto tal.

Creio que a marginalização do tema da origem e da natureza da dominação de classe no Brasil é devida a pelo menos dois elementos interligados: um, a imposição de uma hegemonia liberal que se pretende inserida na ordem imperial global do capital e que prescinde de um horizonte político-cultural, atendo-se a falsa universalidade do mercado; dois, a convicção de que essa é uma questão suficientemente resolvida ou mesmo superada. Creio ainda que essa segunda proposição não pode ser dissociada da

derrota cultural do marxismo e sua falta de perspectiva histórica revolucionária, no momento que se descortina a globalização do capital.

Por seus méritos e possíveis insuficiências, o livro de Antonio Carlos Mazzeo está aí para lembrar-nos da necessidade de disputar a identidade e o futuro do Brasil com multisseculares classes dirigentes deste país. Para recordar que o conhecimento científico do movimento do real é o fundamento de uma ação política transformadora desse mesmo real. Por esses mesmos motivos esse pequeno livro, na circunstância em que é republicado, serve também como meio de contraposição a uma certa historiografia despolitizada que só faz afiançar o atual estado de coisas.

O trabalho de Antonio Carlos Mazzeo — apresentado como dissertação de mestrado em Sociologia na USP em 1986 — pode ser visto como um produto tardio de um debate que foi muito rico no interior da universidade na década de 70 e início da década seguinte, embora com raízes solidamente fincadas na conjuntura política e teórica localizada em torno da ruptura institucional de 1964 e da derrota das esquerdas. A característica de fundo dessa discussão foi a busca de hipóteses explicativas alternativas àquela identificada na chamada tradição terceiro-internacionalista, na qual, sem qualquer mediação ou dúvida cabível, foi jogada a extensa obra de Nelson Werneck Sodré (numa injustiça histórica que está tardando a ser sanada). Essa tradição, como se sabe, identificava a presença de aspectos feudais na formação social brasileira, os quais, na marcha da revolução democrática burguesa deveriam ser eliminados pela ação convergente das forças nacional-populares, incluídas aí parcelas da burguesia.

O ponto de partida para a fundamentação dessa crítica e da busca de alternativas explicativas para a compreensão da gênese e natureza da formação social brasileira foi encontrado na obra de Caio Prado Jr. Como se sabe, para o historiador paulista, a particularidade da formação brasileira era localizável na sua origem como empreendimento mercantil lusitano voltado para o mercado europeu. O Brasil seria desde sempre uma grande empresa mercantil capitalista que, em busca de lucros exorbitantes, via-se na contingência de apelar para relações de trabalho escravistas. Nessa leitura, o tema da revolução enquanto processo de tomada do poder político se esvanecia, pois, no Brasil tratava-se de superar as sobrevivências das relações escravistas de trabalho e *atualizar* o capitalismo, lutando por aquilo que o atual senso comum de certa esquerda chama de *cidadania*. Embora não seja esse o local adequado para essa discussão, parece-me inegável a proximidade da visão histórico-política de Caio Prado Jr. com certas proposições reformistas da Segunda Internacional, um particular economicismo e o entendimento da revolução como algo que ocorre mas não se faz.

De todo modo a concepção de Caio Prado Jr. foi explicitamente retomada na busca de novas luzes para a interpretação da realidade brasileira por autores que atingiram uma influência significativa como os casos de Fernando Novaes e João Manoel Cardoso de Mello. Para esses, o Brasil na sua gênese se confundia com uma empresa mercantil inserida no antigo sistema colonial. Não é também o caso de discutir a falta de rigor conceitual da importante tese (e livro) de Novaes, mas sim de reconhecer que essa interpretação se tornou hoje hegemônica na academia e em círculos culturais mais amplos.

Tanto que essa visão foi incorporada e enriquecida por autores mais claramente identificados com a tradição marxista, como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luíz Werneck Vianna, com a proposição da categoria de origem leniniana da “via prussiana” para explicar o desenvolvimento capitalista e a origem do Brasil moderno. Ao contrário de Caio Prado Jr. que dava pesada ênfase no arcaísmo presente no Brasil, todos esses autores enfatizavam a modernidade capitalista e suas potencialidades, decorrendo daí a perspectiva política da necessidade de amplas alianças para a construção da democracia, ainda dentro dos marcos do capitalismo.

Quase que em paralelo foi se conformando uma nova hipótese alternativa de explicação da formação social brasileira. Por obra de Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso e Décio Saes chegou-se a uma elaboração teórica que percebia no Brasil a existência de um particular modo de produção gerado pela expansão européia: o escravismo colonial. À parte a dificuldade em se explicar o nexo com o mercado mundial, poder-se-ia questionar, entre outras coisas, se há algum limite lógico e histórico para a conformação de novos modos de produção. Mas como, mais uma vez, essa não é questão para ser respondida em poucas palavras, o objetivo é apenas localizar o contexto do livro de Antonio Carlos Mazzeo e os interlocutores que ele não se esquivava de estabelecer.

Mazzeo se insere numa certa leitura da obra de Caio Prado Jr., presente desde os anos 60, que observa a revolução como sendo inevitavelmente de caráter socialista, num país que esta inserido desde sua gênese na dialética do mercado mundial do capitalismo. Ou seja, é

uma leitura que inverte Caio Prado Jr. da “direita” para a “esquerda”. No entanto, o texto de Antonio Carlos Mazzeo tem como referências teóricas importantes José Chasin e Florestan Fernandes, muito particularmente no que tange a tese central do livro que afirma existir no Brasil uma autocracia burguesa. Para esses autores, em busca de uma explicação da natureza da ditadura militar de 1964, havia se configurado uma autocracia em função da gênese colonial do capitalismo brasileiro, contra a qual a burguesia, estruturalmente determinada, não pode romper. Em decorrência dessa análise, a democracia no Brasil só poderia emergir em função da ação das massas trabalhadoras, de modo que o regime que se desdobrou da chamada “transição”, nada mais seria que a institucionalização da autocracia burguesa.

O objetivo de Mazzeo é precisamente buscar a gênese ontológica dessa autocracia no período colonial, preocupando-se com a questão do Estado que emerge nesse processo. Para tal utiliza o instrumental teórico-metodológico fornecido pelo último Lukács. Defendendo a natureza capitalista das formações sociais coloniais e debatendo com as explicações alternativas, Mazzeo busca estabelecer a particularidade histórica do Estado brasileiro. A conclusão de Mazzeo é que a autocracia burguesa no Brasil é decorrência da “via colonial” do desenvolvimento capitalista, segundo a hipótese aventada por Chasin.

Mas a “via colonial” incorpora também aspectos da “via prussiana” (vista como particularidade histórica do desenvolvimento capitalista na Alemanha), podendo então, num esforço maior de concretização, ser qualificada como “via prussiano-colonial”, que se manifesta

num regime político bonapartista e cuja finalidade é a manutenção do nexa colonial e autocrático. Não deixa de ser frustrante, porém, o fato do livro de Antonio Carlos Mazzeo se deter cronologicamente no período imediatamente posterior à formação do Estado brasilei-

ro, ainda na primeira metade do século XIX. Essa observação talvez sugira que o título original do trabalho que se referia à gênese da autocracia burguesa no Brasil fosse mais condizente com o conteúdo, do que o nome estampado na capa do livro.

## Raul K. M. Carrion e Paulo G. Fagundes Vizentini (orgs.)

*Globalização, neoliberalismo, privatizações. Quem decide este jogo?*  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Prefeitura de Porto Alegre/Cedesp/RS  
Maurício C. Coutinho (Professor do Instituto de Economia da Unicamp.)

Globalização, neoliberalismo, privatizações reúne os 22 ensaios apresentados a um seminário sobre o significado e as aplicações da moderna política liberal, realizado em Porto Alegre em julho de 1997. Além da introdução, de Paulo Vizentini, as contribuições estão agrupadas em quatro grandes áreas temáticas, sendo a primeira propriamente conceitual. As demais áreas incluem relatos de experiências nacionais liberais, uma discussão sobre aspectos das políticas liberalizantes no Brasil, além de uma apresentação específica sobre globalização e políticas agrárias.

O propósito do livro é o de propor ao leitor não especializado nos diversos aspectos das políticas liberais uma espécie de pano de fundo organizado para o entendimento das transformações do mundo moderno. E, já que globalização e neoliberalismo, em especial, constituem vocábulos-chave na argumentação ideológica contemporânea, um dos objetivos

da coletânea é o de fornecer uma espécie de antídoto ideológico de médio alcance: ilustrado e acessível a um leitor culto, politizado e sem treinamento acadêmico específico nas diversas áreas.

Embora a coletânea seja desigual — há ensaios muito bons e outros nem tanto — pode-se dizer que os objetivos dos organizadores foram cumpridos, particularmente porque as contribuições do primeiro segmento (*A globalização, o neoliberalismo e o sistema financeiro internacional*) assumem a árdua e necessária tarefa de “começar pelo princípio”, ou seja, explicar o significado de temas tão genéricos e esvaziados quanto globalização e neoliberalismo. As questões cruciais são exatamente estas: em quais aspectos a moderna globalização é distinta da velha experiência econômica internacional do capitalismo? o que de fato são políticas neoliberais? As respostas são exitosas, a meu juízo, porque os autores, ao invés de insistirem na conhecida (e verdadeira)

fórmula de que “o capitalismo sempre foi internacionalizante”, procuram discutir o significado da internacionalização ocorrida após os anos 1970, inteligível apenas se nos reportarmos às transformações no sistema financeiro internacional. Essas transformações envolvem o estabelecimento de uma nova primazia do capital financeiro internacional, a volatilidade e financeirização dos ativos e, afinal, um rearranjo da cena política e econômica internacional, com a retomada incontestada do predomínio norte-americano. Em função de tais transformações, os Estados nacionais deixaram de ter raios de manobra para a execução de políticas próprias de desenvolvimento, vendo-se, todos eles, colhidos no caldeirão financeiro das décadas de 80 e 90.

Apenas para nos reportarmos a acontecimentos próximos, fenômenos como o terremoto financeiro do Leste Asiático, a incapacidade de os países latino-americanos implementarem políticas de desenvolvimento, a fantástica convergência de políticas financeiras e sociais nos países europeus desenvolvidos, são apenas algumas das consequências da globalização. Pode-se dizer que esse é o tom dos ensaios contidos na primeira seção, o que faz com que as demais seções — que tratam de experiências nacionais ou de decorências particulares das políticas liberais — possam ser enfrentadas sem que o leitor se perca nas particularidades de cada país e de cada política.

O relato das experiências liberais é mais desigual. *Privatizações na Grã-Bretanha* é um texto bastante superficial, enquanto os textos sobre Argentina, Chile e México são bem mais robustos. O propósito de todos esses ensaios é o de mostrar que nem tudo é um mar de rosas nas políticas liberais. Os resultados

conhecidos de duas décadas de políticas liberais são o crescimento da exclusão social e podem ser considerados até mesmo modestos, sob o ponto de vista da continuidade do crescimento econômico.

Infelizmente, os relatos sobre a experiência brasileira não são tão ricos. Na verdade, também no Brasil já se poderiam hoje discutir as consequências de médio prazo das políticas liberais, sob o ponto de vista do crescimento econômico, das desigualdades sociais, da distribuição espacial do emprego e do desenvolvimento etc. Os ensaios perdem-se nas particularidades: tratam da siderurgia, da privatização da Vale do Rio Doce, das telecomunicações, do atendimento médico e previdenciário, da Amazônia, sem transcenderem o relato de experiências e fenômenos muito localizados. Além disso têm, de fato, profundidade e qualidade editorial menores.

A seção que trata das políticas agrária e agrícola na época da globalização também é menos profunda, mas ao menos se pode dizer que o tratamento é razoavelmente inovador. Afinal, a poucos ocorre associar as políticas agrária e agrícola às vicissitudes da inserção econômica internacional mais ampla. Os dois primeiros textos — de João Pedro Stédile e José Ademar Batista — assumem mais o caráter de manifestos sobre a política agrária e agrícola do governo, o que também reflete o escopo amplo do seminário.

Em suma, *Globalização, neoliberalismo, privatizações* é uma coletânea desigual, mas bem realizada. Enquanto relato de experiências em políticas neoliberais, deixa um pouco a desejar. Contudo, apoiado por uma seção conceitual bastante sólida, o leitor na certa encontrará argumentos que o deixarão

bem mais orientado no festival de chavões e na falsificação teórica da argumentação conservadora atual, que vê

a globalização, o neoliberalismo e as privatizações como uma espécie de elixir contemporâneo universal.

## Daniel Aarão Reis

*Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético.*

São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.

João Quartim de Moraes (Professor do Departamento de Filosofia da Unicamp.)

A maior dificuldade de toda e qualquer tentativa de avaliar o significado e o alcance histórico da Revolução de Outubro e do socialismo soviético é encontrar a perspectiva crítica mais objetiva. Não basta, para tanto, deixar de lado (do lado esquerdo) a literatura espessamente apologética, e também, do outro lado (o direito), aquela produzida em escala industrial e regada a dólares pelos bem remunerados politólogos a serviço do império estadunidense. Mais insinuante mas nem por isso menos parcial é a atitude dos que, na esquerda, descartam a mais importante revolução do século e a primeira que empreendeu a transformação socialista, sob pretexto de que não foi aquele o socialismo de seus próprios sonhos. Esta posição é a mesma, com sinais trocados, que a dos ideólogos do “socialismo realmente existente” ou “Sorex”. Ambas são incapazes de compreender a dialética do programa revolucionário como concretização do caráter objetivamente contraditório da construção do socialismo. Uma porque contrapõe a realidade ao sonho. Outra, o sonho à realidade. Ambas são capengas. Mesmo porque nem o “socialismo” real se realizou como socialismo, nem o socialismo “verdadeiro” logrou sair do papel. Aque-

le, entretanto, com o dismantelamento de 1989-1991, perdeu sua única qualidade incontestável (já que se pode discutir se aquilo era ainda socialismo, mas não que existisse), a realidade.

Entre as qualidades analíticas e historiográficas do livro de Daniel Aarão Reis está a recusa destas duas unilateralidades. Mantém constante a tensão entre o movimento concreto e o programa histórico, procurando sempre analisar com objetividade cada elo do processo de construção do socialismo soviético, bem como cada impasse e cada iniciativa no sentido de superá-lo. Não sucumbe nem à tentação de justificar os fatos pelo fato de terem ocorrido, nem tampouco à de dar lições de socialismo verdadeiro ao socialismo real. Fiel ao ofício de historiador, descreve antes de explicar e explica antes de interpretar. Enfrenta, em linguagem clara e com ritmo expositivo que prende o leitor, mas sobretudo com fatos e análises que o fazem pensar, as grandes interrogações e contradições da experiência comunista do século XX. Às vezes sucumbe ao gosto (discutível) por frases de efeito, e até na tentação das fórmulas de profundidade ilusória como o reflexo das poças d’água. Assim ao caracterizar (p. 31) a

ideologia dos *narodniks* como “*rousseauísmo* coletivo”. O que seria um “*rousseauísmo* individual”? Estas notas falsas não chegam porém a afetar a impressão de conjunto: um livro bem escrito, lúcido, honesto e que consegue, sem “apelações” nem modismos, ser acessível e interessante para um público largo.

O caráter objetivo das contradições fundamentais da construção do socialismo já estava anunciado, com todas as letras, na própria teoria. O Estado socialista é o instrumento da apropriação coletiva dos meios de produção, mas a apropriação só se torna social na medida em que o Estado vai se extinguindo. O Estado proletário é um Estado que se nega como tal, um Estado em via de auto-extinção. O poder operário é uma ditadura cuja missão histórica é suprimir radicalmente o princípio de toda ditadura, a saber a separação entre o poder estatal e o poder social. A União Soviética não somente parou no meio do caminho apontado pela teoria, não logrando superar este complexo de contradições, mas principalmente, como a evolução social não pára, trilhou descaminhos que a levaram a infletir gradualmente sua trajetória histórica até cristalizar-se numa peculiar forma econômica cuja caracterização mais apropriada nos parece ser um coletivismo estatalmente tutelado.<sup>1</sup>

São muitas as explicações e interpretações deste desvio de rota. Resguardando a distância crítica do historiador, Daniel se abstém de aderir a interpretações unilaterais porque intrinsecamente polêmicas, como todas as que se referem a Stalin. Com sério e em larga medida bem sucedido esforço de objetividade, descreve, no capítulo consagrado à “re-

volução pelo alto” desencadeada em 1929 pelo “guia genial do proletariado”, o “processo inaudito de mobilização e de estatização da sociedade” (p. 115-145), examinando concretamente o alcance e os custos sociais da coletivização do campo e da industrialização acelerada através dos planos quinquenais. Expõe os fatos e os dados decisivos, inclusive o terror policial e os campos de trabalho forçado, permitindo ao leitor tirar suas próprias conclusões.

Tal postura teria sido inteiramente conseqüente se o autor tivesse se abtido de acoplar ao título mesmo do livro um epíteto ambíguo que, como tal, não se presta a um debate construtivo. De qual revolução, com efeito, não se pode dizer que, em vários aspectos, foi *perdida*? Como teria um jacobino veterano de muitas lutas caracterizado a Revolução Francesa em 1815, diante da vitória final da Santa Aliança? Muito antes de se “perder”, a revolução de outubro 1917 havia apresentado fortes sinais de precoce degenerescência burocrática, segundo o próprio Lenin. Mais tarde, com a amarga lucidez da derrota e do exílio, Trotski enfatizou, em *A revolução traída*, uma das primeiras e mais importantes explicações dos descaminhos soviéticos, dois fatores decisivos, a derrota do movimento operário europeu e o processo de estreitamento do centro do poder político, que de ditadura do proletariado reduziu-se a ditadura do partido, desta a ditadura do comitê central, depois em ditadura do Bureau Político e enfim em ditadura pessoal e terrorista de Stalin. Segundo ele, portanto, a impropriamente chamada (por Daniel) “perdição”, ou, mais propriamente, o desvio de rota do

1. Sobre a caracterização da economia soviética vale a pena consultar o debate organizado em *Crítica Marxista* nº 1

processo revolucionário soviético relativamente ao programa histórico do comunismo, teria se configurado em 1928-1929. Desde então, a burocracia teria expropriado o poder político da classe operária. Já segundo Mao Tsé-tung, o desvio teria ocorrido entre 1953 e 1956, na forma do “revisonismo moderno” de Kruchev e conduzido ao “restabelecimento do capitalismo” na União Soviética, quatro décadas antes de que este objetivo fosse explicitamente assumido por Ieltsin. Pensemos o que quisermos destas classificações polêmicas, elas ao menos são claras, dizem a que vêm, podem ser discutidas e contestadas tanto a partir dos fatos quanto dos conceitos. Mas decidir que uma revolução foi perdida sem dizer quando, porque, em que sentido, é como contar grãos de areia.

De qualquer modo, seria injusto dizer que Daniel confere conotação teológica à não-explicada classificação da Revolução Russa como “perdida”. Não bifurca os caminhos da salvação e da perdição. Ao contrário, como mostraremos adiante, tende antes a justapor o bem e o mal do que a dividir personagens e processos entre os seguidores de deus e os do diabo. Assim, a condenação dos métodos terroristas da ditadura de Stalin não o impede de desmascarar, no capítulo consagrado ao papel da União Soviética na Segunda Guerra Mundial, a impostura, martelada com o descaramento de sempre pelos grandes meios privados de comunicação social (notadamente em 1995, quando se comemorou o 50º aniversário do fim da guerra), de que foram os americanos que derrotaram Hitler. Tola-mente assumida pela imprensa brasileira, em parte por ignorância, em parte por sabujice em relação ao império estadunidense, a mentira não resiste a um exame minimamente objetivo dos fatos

históricos. Em particular, Daniel deixa clara a inconsistência do mito reacionário de que não foi o Exército Vermelho e sim o “general inverno” que derrotou os nazistas (p. 150 e ss.). Reitera pertinentemente mais adiante (p. 160) que a “determinação” da resistência russa “iria surpreender o próprio invasor”. Em Brest, em Odessa, em Sebastopol. Em Leningrado, situada a poucos quilômetros da fronteira, a resistência durou “toda a guerra”. Compreende-se assim o ridículo do argumento de que foram as grandes distâncias do território russo, aliadas ao inverno (como se só os nazistas sentissem frio) que quebraram a espinha dorsal do até então invicto aparelho bélico hitleriano.

Faltou entretanto aprofundar a relação entre as decisivas vitórias do Exército Vermelho em Stalingrado e em Kursk e a industrialização acelerada. A propósito do primeiro plano quinquenal, após contar que Stalin, “com voz monótona animava os militantes”, dizendo-lhes “temos 50 ou cem anos de atraso em relação aos países desenvolvidos; devemos recuperá-los em dez anos; ou conseguiremos ou afundaremos”, Daniel comenta: “Não lhe ocorreu a hipótese de conseguir e afundar” (p. 111-112). Pôr a contradição revela sentido dialético. Mas simplesmente pôr os contrários um ao lado do outro com um “e” em itálico no meio não elucida nenhuma contradição. Afundou quando e onde? Sem a industrialização acelerada, o Exército Vermelho, por mais heroicamente que tivesse combatido, não teria destruído os nazistas em Stalingrado, durante o inverno de 1942-1943. É um fato indiscutível que ao longo desta epicamente terrível batalha, a produção bélica soviética ultrapassou a alemã em blindados, artilharia e aviação. O dilema efetivo é (ou foi): para industrializar aceleradamente, era indis-

pensável a coletivização forçada? Para julgar objetivamente as responsabilidades de Stalin é indispensável levar em conta este dilema. De qualquer modo, como nota o autor, “quem salvou a União Soviética” (do nazismo) “foram os próprios soviéticos. Os armamentos pesados mais decisivos (canhões, tanques e aviões) usados nas várias campanhas que terminaram em Berlim, eram, essencialmente, de procedência soviética” (p.165-166).

O terrorismo de Estado não sobreviveu a Stalin. Beria, que herdara o controle da máquina policial, foi eliminado no primeiro confronto sério pelo poder. Com ele, eliminou-se a autonomia, dentro do aparelho de Estado, da polícia política e seus serviços secretos. Promotor do “degelo”, Kruchev abriu o caminho para a reforma democrática do socialismo: foi ele quem inventou aquilo que três décadas depois Gorbachev, com seu incontestável sentido de fórmulas publicitárias, iria chamar de *glasnost* e de *perestroika*. Denunciou com coragem política inaudita os horrores da repressão stalinista e empreendeu uma nova política agrícola, visando a retificar os excessos do centralismo. Como lembra o autor, uma de suas frases preferidas era: “o socialismo é muito bom, mas será melhor ainda com manteiga” (p. 203).

As reformas promovidas por Kruchev suscitaram muitas esperanças. Para compreender porque foram de curto fôlego, seria importante examinar com mais profundidade do que habitualmente se faz o significado de sua queda (já que seguramente não terá sido “por razões de saúde”, conforme os comunicados oficiais) bem como das orientações (em princípio também reformadoras) adotadas por seus sucessores. No lugar de hipóteses expli-

cativas, Daniel recorre a paradoxos dialéticos, perguntando, a propósito do período que da queda de Kruschev levou ao marasmo de Brejnev: “Anos de luzes ou de trevas? De expansão ou de estagnação?... E se...tivessem sido de luzes e de trevas? De expansão e de estagnação? Apenas um aparente paradoxo...”. (p. 216). Apenas um efeito retórico, dizemos nós. Os repetidos apelos ao sutilíssimo e constata a contradição mas não aprofundam seu desenvolvimento concreto. Afinal, o rumo delineado por Kruchev era globalmente correto? Se acharmos que sim, teremos de considerar que sua deposição foi um desastre. Ou terá constituído apenas, como pretendem os maoístas, um episódio na longa marcha de retorno ao capitalismo? Neste caso, Gorbachev e Ieltsin teriam somente levado às últimas conseqüências o retrocesso desencadeado pelos sucessores de Stalin. Conclusão pouco reconfortante, já que associa a viabilidade do socialismo soviético ao Estado policial. O historiador não precisa decidir peremptoriamente, como faz o doutrinário. Mas deve elaborar hipóteses, que, quando apoiadas, como no livro em exame, na reconstituição cuidadosa da trama dos acontecimentos, ajudam a compreender o que neles estava em questão. Na falta de tais hipóteses, o autor abandona o leitor à perplexidade.

As considerações sobre a dualidade de poder derrapam na mesma dialética sem síntese. Segundo Daniel, contrariamente ao que “contou mais tarde a história revolucionária *oficial* (itálico no original),<sup>2</sup> na Rússia de 1917 não houve *duplo poder* e sim *múltiplos poderes* (p. 63). Este milagre da multiplicação dos poderes reduz-se ao emprego da palavra

2. Só assinalamos que o itálico está no original quando o contexto não deixar isso claro.

“poder” num sentido distinto daquele de Lenin. Segundo Daniel, o poder “saíra dos palácios... fragmentara-se. Estava em toda parte e não se centralizava mais em lugar nenhum. Caíra na rua.” O que caracteriza uma situação de crise revolucionária (no sentido rigoroso e não banalizado do termo “crise”) é a desagregação do poder constituído. Na França de maio de 68, para tomar um exemplo mais conhecido, também se dizia que o poder estava nas ruas. Mas não estava. Nas ruas, manifestava-se, no sentido próprio e no figurado do termo, a *força* da mobilização de massas. Falar em *poder*, em situações como esta, é utilizar o termo num sentido estranho ao marxismo. Sem dúvida, como não há, no tribunal da História, registro de patentes de conceitos revolucionários, cada qual pode legitimamente empregar o termo como melhor lhe parecer. A sociologia weberiana, por exemplo, define-o como relação entre duas vontades, uma se impondo à outra. Mas não se deve utilizar confusamente um conceito como o de *dualidade de poder*, sabidamente vinculado à elaboração teórica de Lenin, e nesta medida indissolúvelmente conectado com o de *Estado* enquanto organização centralizada do poder coercitivo da classe dominante. Segundo Lenin (que Daniel identifica à “história revolucionária *oficial*!”), coexistiam contraditoriamente na Rússia de 1917 um poder de Estado cambaleante (a velha máquina de dominação e de opressão herdada do czarismo) e um novo poder de Estado surgindo das entranhas da revolução: os *soviets* (=conselhos de operários, soldados e camponeses). Contrariamente a Daniel que os caracteriza impropriamente como “parlamentos plebeus”, Lenin, levando em conta tanto a experiência do proletariado russo quanto a da Comuna de Paris,

apresenta-os como *superação* do parlamento: órgãos revolucionários avessos a todo formalismo, portanto à separação burguesa entre a elaboração das leis e a tomada e execução de decisões.

Faltou também uma discussão mais densa e sintética dos fatores decisivos do colapso do bloco socialista. Há comentários pertinentes em muitas passagens do livro. Mas não chegam a fazer compreender porque ocorreu aquilo que *ninguém* previu (os “kremlinólogos” bem remunerados do Departamento de Estado norte-americano menos ainda do que os outros): o colapso cardíaco de 1991. Tanto assim que, na primeira metade dos anos 80, a reforma democrática do “Sorex” além de indispensável, parecia possível. Houve mesmo politólogos do anticomunismo profissional que viram nas reformas de Gorbachev, uma “jogada magistral” para tornar mais sedutor o regime soviético. Na esquerda, pelo menos, qualquer que fosse a expectativa suscitada então pelo fracassado aprendiz de feiticeiro, havia clara consciência de que a *dinâmica revolucionária* do socialismo soviético tinha se exaurido há muito tempo. Tudo isso é evocado muito de passagem por Daniel. Gostáramos de saber até que ponto é justo supor que Gorbachev, em que pesem suas possivelmente boas intenções *iniciais* (desburocratizar o poder soviético, introduzir na prática o princípio democrático da soberania do povo e portanto pôr fim à ditadura do partido, enfim, evoluir do coletivismo estatal para a planificação social), não estava à altura de tão ciclópica tarefa e para tentar se manter no poder perdeu qualquer referência programática e afundou sem glória, abrindo o caminho do poder para gente muito pior que ele. Tal é nossa opinião. Esperávamos que a leitura de *A revolução perdida* nos aju-

dasse a confirmá-la ou a modificá-la, que esclarecesse, em especial, se lhe faltou a indispensável capacidade teórica e política para promover o necessário aprofundamento democrático do socialismo. Porque de fato o que instaurou foi o liberalismo político e o caos econômico. Em 1985, quando chegou ao poder, havia na economia soviética não crise mas perda de dinamismo: a renda nacional, naquele ano, cresceu “apenas” 3,1% (se no Brasil conseguíssemos estabilizar esse crescimento, falaríamos em milagre econômico). Seis anos depois, em dezembro de 1991, apeado sem glória do poder por um aventureiro movido a vodca, que mal lhe deu tempo para arrumar seus papéis no Kremlin, havia reduzido seu país à humilhante necessidade de estender o pires ao Ocidente para enfrentar o inverno.

Para avançar da constatação à compreensão do colapso e portanto dele tirar as lições históricas indispensáveis para a reelaboração do combate anticapitalista, é indispensável analisar com mais profundidade os êxitos incontáveis e os impasses persistentes da experiência soviética. A planificação foi em larga medida exitosa. Encontrou seus limites na impossibilidade de “administrar a demanda” de bens de consumo. O princípio do partido único, em osmose com o Estado, é incompatível com o da soberania popular. Não é possível, entretanto, mudar de modo de produção de quatro em quatro anos, ao sabor das flutuações eleitorais. É evidente que quanto mais densa e profundamente analisarmos estas e outras contradições objetivas com que se defrontaram os soviéticos e todo o “Sorex”, com as quais necessariamente se defrontará toda a humanidade ao longo do processo planetário de transição do capitalismo para

o socialismo, melhor contribuição daremos para a reelaboração do programa comunista internacional no horizonte do século XXI. O estudo histórico de Daniel poderia ter contribuído muito mais para que tiremos aquelas e outras lições históricas essenciais.

Com certeza, o historiador, sobretudo do marxismo, deve ser cauteloso com previsões, mais ainda com profecias. Mas é difícil contentar-se com as parcas referências às lutas políticas na Rússia capitalista de hoje (ou de ontem, já que o livro se encerra em 1996). Descreve-as com a sobriedade de um boletim meteorológico. Assim, quando se refere ao “enfraquecimento institucional do Parlamento, garantido pela Constituição de 1993” (p. 275), será preciso lembrar que não foi a “Constituição” e sim o golpe de Estado de Ieltsin que e “garantiu” com artilharia e tanques o “enfraquecimento” da Duma oposicionista? Daniel evoca o golpe um pouco acima na mesma página, mas evitando empregar o termo. Utilizara-o antes, reiteradamente, entretanto (p. 256 e ss.), a propósito dos “conservadores”... Esta terminologia é inadequada para um historiador como Daniel, que sempre soube ocupar posição honrosa como militante da esquerda brasileira; deveria tê-la deixado aos tartufos da reação neoliberal...

A questão, como sói ocorrer nestes casos, não é apenas de terminologia. Daniel consegue, no posfácio consagrado aos anos 1991-1996, em que se refere à reeleição de Boris Ieltsin em junho de 1996, não mencionar nenhuma vez o nome do candidato que com aquele disputou o segundo turno e que lograra, nos anos anteriores, reorganizar o movimento comunista russo tornando-o de longe a principal força partidária do país. O leitor sequer é

informado de que ele se chama Guennadi Ziuganov! Com ele ficaram ausentes os 40% dos cidadãos russos que no 2º turno das eleições presidenciais votaram no candidato comunista.<sup>3</sup> Se os levasse levado em conta, nosso autor talvez não tivesse

declarado, no final do livro, que a Rússia, “desgovernada e desorientada, sofre o abismo da desestruturação cultural”. Não há de ser excesso de otimismo pensar que, ao contrário, há muitos russos de cabeça erguida e olhos abertos.

3. A vitória de Ieltsin sobre Ziuganov no 2º turno das eleições presidenciais russas de junho-julho 1996 foi nítida (vantagem de 16% dos sufrágios) mas politicamente ambígua, já que obtida graças ao apoio do general Lebed, cuja plataforma extremamente singela enfatizava o restabelecimento da ordem, no sentido policial do termo. Não foi gratuitamente que lembramos as notórias tendências alcoólatras do presidente reeleito, e sim pensando no ferino mas certo comentário de Ziuganov a este respeito. “Bebo muito menos que Ieltsin, mas um pouco mais que Lebed”.

No conjunto, entretanto, as sucessivas vitórias eleitorais da esquerda em países que integraram o extinto bloco soviético (Lituânia, Bulgária, Hungria, Polônia, sem esquecer a vitória dos comunistas russos nas eleições legislativas), prova (tanto quanto resultados eleitorais podem provar algo) que a despeito de todas as suas mazelas, o *Sorex* continha elementos efetivamente socialistas (primado da planificação sobre o mercado, direitos sociais abrangentes, organização da cultura conforme critérios que excluem a sórdida mercantilização da violência, a vulgar “americanização” dos valores estéticos, etc.). Invertendo a célebre “boutade” de Churchill, os eleitores do Leste parecem ter chegado à conclusão de que o socialismo é o pior dos regimes econômicos possíveis, depois do capitalismo neoliberal.